

SAICM

O DIREITO DE SABER!
ANO I - Nº 03 - MARÇO DE 2010



Brasil

IRREGULARIDADES NA PRODUÇÃO DE AGROTÓXICOS

Em 9 de março a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) interditou mais de 800 mil litros de agrotóxicos na fábrica da empresa alemã BASF, em Guaratinguetá, no interior de São Paulo. A interdição ocorreu porque, durante uma ação de fiscalização foram encontradas várias irregularidades, como uso de substâncias com prazo de validade vencido ou sem data de fabricação ou validade. A ANVISA comunicou, em nota, que a Basf não conseguiu comprovar o controle de qualidade, nem a rastreabilidade das pré-misturas usadas na fabricação dos agrotóxicos.

O agrotóxico Opera, usado nas culturas de amendoim, aveia, banana, café, cevada, milho, soja e trigo, e o mais vendido pela

empresa, estava entre os produtos interditados.

Também foram encontrados dois mil litros de substâncias desconhecidas nos lotes de agrotóxicos.

De acordo com o diretor da Anvisa, a empresa alemã tentou dificultar o trabalho dos fiscais, apagando as luzes, parando as máquinas e se negando a assinar alguns documentos. A operação teve o apoio da Polícia Federal e da Vigilância Sanitária de Guaratinguetá.

O diretor da ANVISA informou que problemas na produção de agrotóxicos aumentam significativamente as chances do desenvolvimento de diversos agravos à saúde, como câncer e toxicidade reprodutiva em trabalhadores rurais e consumidores.

Empresa multinacional Milenia também é multada pela ANVISA

Além da Basf, outras indústrias multinacionais têm sido multadas por irregularidades, como a MILENIA AGROCIENCIAS SA, filial do grupo israelense Makhteshim Agan, cuja linha de produção de cinco agrotóxicos foi interditada quando 2,5 milhões de litros de agrotóxicos foram apreendidos por adulteração.

A empresa MILENIA, localizada em Londrina, Estado do Paraná, foi multada pela ANVISA porque estava adulterando agrotóxicos nas suas fábricas. Um dos agrotóxicos, o Podos utilizado na cultura do fumo, estava sendo comercializado com fórmula mais tóxica do que a permitida.

Nove Candidatas ao Senado nas Filipinas Prometem Proteger as Mulheres da Exposição a Substâncias Tóxicas

Nove mulheres que aspiram vagas no Senado das Filipinas prometeram defender reformas na política química do país para dar segurança às mulheres em aspectos de exposição tóxica. Lideradas pela candidata à reeleição no Senado Pia Cayetano, elas assinaram uma “Petição pela Lei sobre Substâncias Químicas Tóxicas para Proteger as Mulheres e as Crianças Filipinas”. Essa petição é uma iniciativa da ONG EcoWaste Coalition como parte de seus esforços para conscientizar o público sobre questões de segurança química como elemento crítico da agenda cidadã para a saúde, empoderamento & mudanças nas eleições de maio de 2010. “Louvamos as nossas mulheres candidatas ao Senado por seu compromisso inequívoco de

promover medidas legais para defender a saúde e a segurança de nossas mulheres contra os contaminantes químicos que prejudicam as funções orgânicas, causando câncer e outras doenças. “Agradecemos a elas por apoiarem nossa campanha pelo país das Filipinas livre de tóxicos,” disse Roy Alvarez, da EcoWaste Coalition. “Seu compromisso de preservar a saúde materna e infantil, promover a segurança ocupacional e a saúde, e prevenir acidentes químicos e desastres é algo que todos os candidatos, a despeito de sua afiliação política, deveriam estimular para mostrar sua séria preocupação com o bem estar da mulher filipina e de toda a nação,” disse a Dra Leah Primitiva Samaco-

Paquiz, Secretária da EcoWaste Coalition. As candidatas expressaram apoio às reformas de políticas relacionadas às substâncias químicas conforme definidas no SAICM – Enfoque Estratégico de Gerenciamento Internacional de Substâncias Químicas, uma política, estratégia e plano de ação global para mudar a forma como as substâncias químicas são produzidas e usadas visando minimizar os efeitos perigosos sobre a saúde humana e o meio ambiente. Essas reformas, de acordo com a Petição, devem abranger os princípios fundamentais da segurança química tais como: 1) precaução, 2) substituição, 3) sem informações seguras não deve haver comercializa-

ção, 4) poluidor-pagador, 5) o direito do público de saber e 6) justiça ambiental. A petição e assinaturas se encontram no website: www.ecowastecoalition.org “Em solidariedade a todas as mulheres e mães, comprometo-me a propor ou co-propor resoluções e leis essenciais que promovam e protejam a saúde materna e infantil das substâncias perigosas,” disseram as candidatas. A Petição lista várias substâncias que exigem ação prioritária, incluindo poluentes orgânicos persistentes, metais tóxicos, agrotóxicos perigosos e outros venenos químicos contidos em alimentos, brinquedos e outros artigos infantis, e produtos de consumo popular e doméstico.

Sri Lanka define padrões para chumbo nas tintas



Metal tóxico em tintas é motivo de preocupação

O Instituto de Padrões do Sri Lanka informou recentemente que seu Grupo de Trabalho sobre Tintas está e atualmente envolvido na revisão de padrões para tintas esmalte e emulsões.

Anteriormente o limite permitido de chumbo era de 600mg/kg, mas durante o processo de revisão o Grupo de Trabalho decidiu que deveria estabelecer um limite máximo de 90mg/kg. O limite de mercúrio, que era 100mg/kg, passará para 60mg/kg. A proposta de padrões do Sri Lanka para tintas esmaltes não abrange tintas automotivas e tintas aplicadas em brinquedos e acessórios infantis.

Quando os novos padrões forem aprovados pelo Instituto será necessário tomar medidas que assegurem que as tintas sejam incluídas como produto no Plano de Importação compulsório controlado pelo Departamento de Controle de Importações e Exportações e operado pelo Instituto de Padrões do Sri Lanka. Isso significa que tanto as tintas importadas como aquelas fabricadas localmente, de todos os tipos, terão que se adequar aos respectivos Padrões Nacionais do Sri Lanka.

Leia matéria completa em:

<http://www.dailynews.lk/2010/03/24/bus22.asp>

Fontes de poluição metálica nos rios

Novo estudo indica que existem mais fontes geradoras de poluentes metálicos em bacias hidrográficas do que de outras substâncias perigosas. As fontes incluem as águas pluviais, efluentes industriais, efluentes tratados, drenagem agrícola, sedimentos, drenagem de mineração e aterros sanitários.

Nos Estados Unidos, a Lei das Águas exige que os estados norte-americanos tomem providências para alcançar uma boa situação química e ecológica da água de superfície e subterrânea até 2015. Já foram identificadas 33 substâncias prioritárias e mais 8 poluentes que são perigosos para os ecossistemas e sistemas aquáticos, que incluem o cádmio, mercúrio, chumbo e níquel. A primeira tarefa é identificar todas as fontes de emissões que afetam a qualidade da água nas bacias.

O nível de chumbo, cádmio, cobre e zinco nas águas pluviais pode ser tão alto quanto aqueles encontrados no esgoto não tratado e efluentes de estações de tratamento de esgoto. A atmosfera, tráfego rodoviário e materiais de construção são as fontes mais significativas de metais nas águas pluviais. O tráfego tem suas próprias fontes, tais como freios e poeira de estrada, que geram níveis substanciais de metais na água que escoam das rodovias, particularmente zinco, mas também chumbo e cádmio. Materiais de construção usados em telhados afetam as concentrações de cobre, chumbo e

zinco ao escoarem água.

A influência dos metais dos efluentes da indústria varia conforme a região, pois muitos estados implementam suas próprias regulamentações de tratamento antes da descarga nas águas receptoras.

Os efluentes das estações de tratamento de esgoto contribuem significativamente com uma ampla gama de concentrações de metais.

As suas fontes podem ser produtos domésticos, efluentes comerciais (principalmente lavagem de carros) e a água potável. Embora as estações reduzam os níveis totais de metais, uma certa proporção de metais dissolvidos permanece sem tratamento, particularmente o níquel.

Níveis de metais na água potável são influenciados por condições geológicas, sistemas de encanamento de chumbo e processos de purificação. O próprio sistema de esgoto faz aumentar os níveis de metais devido aos canos de cobre e se deixados por um longo período, os sedimentos do esgoto podem fazer os metais se misturarem novamente na água.

A agricultura é outra fonte de metais tóxicos. Fertilizantes fosfatados liberam cádmio e zinco, enquanto o lodo de esgoto usado como fertilizante pode ser uma fonte de níquel, cádmio e zinco.

A pesquisa listou vários fatores adicionais

que podem aumentar as concentrações de metais. Os sedimentos são uma parte integral dos sistemas hídricos e também uma potencial fonte de poluentes metálicos. A contribuição dos sedimentos para as concentrações de metais nas águas tem sido estimada em torno de 20% para cádmio, 30% para cobre e 10% para zinco. A indústria da mineração também pode emitir metais na água pelos resíduos de minas. Os aterros de lixo contribuem para as concentrações de metais pelo fluxo de água de chuva que passa através do resíduo que contém metais. Por fim, atividades esportivas tais como remo, pesca e tiro também contribuem para as concentrações metálicas. O estudo assinalou várias fontes importantes de poluentes metálicos. Novas pesquisas são necessárias para avaliar as contribuições relativas a cada fonte em cada caso e investigar a influência das condições societárias e ambientais, por exemplo, coletando dados sobre práticas domésticas e queda de chuva em áreas de repesamento.

Source: Chon, H., Ohandja, D. & Voulvoulis, N. (2010). Implementation of E.U. Water Framework Directive: source assessment of metallic substances at catchment levels. Journal of Environmental Monitoring. 12: 36-47.

Japoneses envenenados com mercúrio fazem acordo com o governo

Mais de 2.000 pessoas que sofrem de um raro distúrbio neurológico concordaram em aceitar um acordo proposto pelo governo japonês e pela empresa que eles consideram responsável pela sua doença, e abandonaram as ações judiciais. A doença foi diagnosticada pela primeira vez em 1956 e posteriormente ligada ao consumo de peixe da Baía de Minamata, onde a empresa química Chisso Corp. despejou toneladas de compostos mercuriais.

O governo só reconheceu 3.000 pacientes de Minamata e lhes ofereceu atendimento médico gratuito, mas milhares de outros doentes não foram reconhecidos como portadores do distúrbio. Mais de 2.000 daqueles que

não foram reconhecidos acionaram judicialmente o governo central e os governos locais, e também a empresa Chisso, e esse acordo é principalmente para eles. Mas o governo planeja expandir o acordo para cobrir mais 30.000 pessoas, incluindo aquelas que não acionaram os tribunais.

O acordo faz parte de uma lei controversa que promete ajuda para pacientes não reconhecidos apenas se eles desistirem das ações judiciais. Segundo o acordo, a Chisso pagará uma quantia única para cada paciente e outra adicional para o grupo dos petionários para cobrir honorários legais e outros custos não especificados.

Sacolas Plásticas Coloridas contêm altos níveis de chumbo

Muitas sacolas plásticas estampadas usadas nos supermercados japoneses contêm altos níveis de chumbo, algumas delas 250 vezes acima do padrão de segurança estabelecido pela União Européia, diz um estudo feito em Kioto.

Os pesquisadores acreditam que os corantes usados nas sacolas contêm chumbo. Considerando que a maioria das sacolas são queimadas em usinas de lixo, eles alertam que as cinzas residuais dessa queima e também as sacolas descartadas em outros locais acabam poluindo o meio ambiente. O grupo liderado pelo Prof. Shinichi Sakai, do Centro de Preservação do Meio Ambiente da Universidade de Kioto coletou 154 tipos diferentes de sacolas plásticas coloridas em 2006 e 196 tipos diferentes em 2007 na cidade de Kioto.

Eles encontraram níveis de chumbo que excedem o limite europeu de 100 ppm (partes por milhão) em 27 e 33 tipos de sacolas,

respectivamente. O mais alto nível detectado no estudo foi de 25.000 ppm, e um total de três tipos de sacolas continham 10.000 ppm ou mais. A média geral foi de 310 ppm de acordo com o grupo.

Como isso é uma tendência nacional no Japão, o grupo afirma que cerca de 84 a 100 toneladas de chumbo são usadas em sacolas plásticas anualmente no Japão.

Além da questão da contaminação ambiental, Sakai disse que as sacolas podem contaminar os produtos alimentícios ali colocados. “Há o receio de que as sacolas possam já tenham se tornado um problema em outras partes da Ásia, e precisamos substituir esses corantes por outros que não contenham chumbo”.

<http://www.japantoday.com/category/national/view/colored-plastic-bags-contain-high-levels-of-lead-study>

AMIANTO - BANIMENTO JÁ

Representantes de Estados Unidos, Canadá e Brasil se reunirão em Chicago durante o sexto encontro anual da Asbestos Diseases Awareness Organization, em 10 de abril de 2010, para defenderem o direito de vivermos uma vida livre das dores e das mortes provocadas pelo amianto. Leia o manifesto que está circulando em várias línguas em todo o mundo:

Um chamado para as Américas – Vamos banir o amianto agora!

Durante o último século nas Américas, a exposição a mais de 110 milhões de toneladas de amianto destruiu vidas, contaminou a infraestrutura e poluiu o ambiente[1]. O risco da substância à saúde humana tem sido amplamente reconhecido por agências internacionais protetoras da saúde pública e ocupacional, assim como por cientistas independentes e profissionais médicos[2]. O amianto vem sendo classificado pela Agência Internacional de Pesquisa do Câncer como um cancerígeno humano; esta avaliação é apoiada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que acreditam que o uso futuro da substância deve ser banido. Grupos eminentes da sociedade civil no continente americano também defendem ações contra o amianto, como por exemplo:

- A Canadian Cancer Society clamou pela proibição nacional do uso e das exportações de amianto (2007)[3];
- O Canadian Labor Congress emitiu uma resolução de apoio à ação global que luta pelo banimento da substância (2008)[4];
- A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos e o Instituto Nacional da Segurança e da Saúde Ocupacional defenderam a proibição do amianto em locais de trabalho do país;
- A American Public Health Association exortou o Congresso a

banir a venda e o uso da substância (2009)[5].

Enquanto apenas poucos países americanos já baniram o uso (Argentina, Chile, Honduras e Uruguai), algumas autoridades cientes tomaram ações unilaterais[6]. Em 29 de janeiro de 2009, o ministro brasileiro do Meio Ambiente proibiu o uso de amianto em todas as dependências do ministério; alguns meses depois, os ministros da Saúde e da Cultura também adotaram essa medida. Em abril de 2009, o Acting Surgeon General alertou a “todos os cidadãos a tomarem consciência dos problemas de saúde pública provocados pelo amianto e das ações que eles podem realizar para se proteger. “Não há nível seguro algum de exposição ao amianto que seja conhecido”, disse[7].

Desde 2000, representativos grupos da sociedade civil das Américas vêm trabalhando juntos para quantificar os legados nacionais e delinear esforços para minimizar as exposições perigosas[8]. Com os resultados desta pesquisa, nós concluímos que:

- não é possível usar o amianto com segurança; o único “uso seguro” do amianto é o não uso;
- o uso de amianto e de produtos com amianto é injustificável, insustentável e antieconômico[9];
- existem produtos mais seguros e eles devem ser usados;
- a transferência de tecnologia do setor do amianto e o dumping das exportações da substância do Hemisfério Norte para o Sul representam uma violação dos direitos humanos.

Em nome dos nossos concidadãos do continente americano, nós clamamos as organizações globais, órgãos regionais e autoridades nacionais a apoiar ações pela proibição do amianto na América do Norte e na América do Sul.

Considerando que o direito à saúde é inviolável e que a exposição ao amianto pode ser fatal, não há dúvidas de que as medidas tomadas até agora por organismos como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização Pan-Americana da Saúde, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Comunidade Andina e a maioria dos governos nacionais têm sido irrisórias.

Por uma questão de urgência, todos os órgãos de regulamentação e governos pan-americanos deveriam seguir a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e adotar políticas de banimento do amianto. Trabalhando com instituições internacionais, eles deveriam estabelecer um calendário, com máximo dois anos, para implantação de medidas que proíbam o amianto, delinear uma estratégia para alcançar este objetivo, adotar uma transição justa para trabalhadores afetados e assegurar que sejam providenciados o apoio e os cuidados médicos para as vítimas. Nós exortamos os organismos oficiais que trabalhem juntos às pessoas mais afetadas pela epidemia de amianto – as vítimas do amianto – em todas as negociações e consultas. Nós, representantes de Estados Unidos, Canadá e Brasil que se reunirão em Chicago durante o sexto encontro anual da Asbestos Diseases Awareness Organization, em 10 de abril de 2010, declaramos nosso apoio a esse chamado por ação. Após consultar colegas de todo o continente americano, estamos confiantes de que as declarações expressas aqui são uma representação precisa da realidade do amianto nas Américas. Para acabar com essa carnificina, é essencial um compromisso imediato para banir a substância, acompanhado de um detalhado plano de ação para alcançar esse objetivo; os cidadãos do continente têm o direito de viver uma vida livre das dores e das mortes provocadas pelo amianto.

Escrito por: Laurie Kazan-Allen; Linda Reinstein; Fernanda Giannasi; Pat Martin MP

Banimento do BISFENOL A em Produtos para Crianças

Uma nova avaliação do Instituto Nacional de Alimentos da Universidade Técnica da Dinamarca serviu de base para que o governo dinamarquês, juntamente com o Partido do Povo Dinamarquês decidisse invocar o Princípio da Precaução e introduzir um banimento temporário nacional para o BISFENOL A em materiais que entram em contato com alimentos para crianças de 0 a 3 anos (mamadeiras, xícaras e embalagem para alimentos de bebês).

A conclusão do instituto é que embora o estudo não apresente uma evidência clara de danos comportamentais que o “BISFENOL A” pode causar, ele mostra incertezas sobre o impacto na capacidade de aprendizado, revelando que a capacidade de aprendizado é reduzida por exposição a baixas doses de “BISFENOL A” em ratos recém nascidos. A avaliação geral é que os resultados do estudo não alteraram o grau de

incerteza sobre os impactos de pequenas doses sobre o desenvolvimento do sistema nervoso e o comportamento.

Com base nesses fatos que não permitem eliminar as incertezas, o governo dinamarquês considerou que o Princípio da Precaução estabelece a introdução de medidas de proteção com respeito a crianças de 0 a 3 anos até que novos estudos documentem que baixas doses de “BISFENOL A” não trazem impactos ao desenvolvimento do sistema nervoso ou do comportamento em ratos. Por isso, está sendo introduzido o banimento do “BISFENOL A” em produtos para essa faixa de idade. Os substitutos de leite materno também fazem parte desses produtos na mira do governo. Os produtos atualmente no mercado que contêm “BISFENOL A” A ainda podem ser vendidos nos próximos 3 meses.

Jamaica

Reunião do SAICM, NANOTECNOLOGIA, PRODUTOS ELETRÔNICOS, MERCÚRIO e SAÚDE

De 8 a 13 de março de 2010 aconteceu em Kingston, Jamaica, a Reunião Regional da América Latina e Caribe sobre o Enfoque Estratégico para a Gestão Internacional de Substâncias Químicas (SAICM). As ONGs da rede IPEN puderam contribuir bastante para que algumas resoluções fossem adotadas por esses países.

Uma das resoluções aprovadas é a que faz Recomendações sobre Substâncias Perigosas no Ciclo de Vida dos Produtos Elétricos e Eletrônicos (apresentada pelo Peru), que solicita uma oficina na região para abordar o “desenho verde”, responsabilidade ampliada do produtor, a transparência nas informações sobre as substâncias perigosas contidas nos equipamentos elétricos e eletrônicos (retardantes de chama e metais tóxicos), normas de certificação para a reciclagem, proteção dos trabalhadores, desenvolvimento de uma política e marco regulatório que sejam eficazes em relação a áreas contaminadas, prevenção contra queima ou disposição ao ar livre, fundos financeiros para os países em desenvolvimento, conscientização do público e outros aspectos. Essas recomendações se somam àquelas

similares dos países da África e de outras regiões do mundo. A proposta menciona o Acordo sobre a Política do MERCOSUL de Gestão Ambiental de Resíduos Especiais de Geração Universal e de Responsabilidade Pós-Consumo que foi assinado pelos ministros de meio ambiente da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em 29 de março de 2006, estabelecendo medidas nacionais para a responsabilidade pós-consumo de produtores e importadores, indicando que devem ser seguidos os princípios da Prevenção, Cooperação, Participação e Acesso à Informação, Precaução e outros. Também foi aprovada Recomendação sobre Nanotecnologia e Produtos Manufaturados com Nanomateriais, proposta por IPEN. Esta foi a primeira vez que uma reunião de países da região (América Latina e Caribe - GRULAC) aprova uma proposta de ONGs. Nela se recomenda, entre outros aspectos, que o princípio da Precaução seja considerado em todo o ciclo de vida dessas substâncias, a necessidade de que os produtores informem apropriadamente sobre a existência de nanomateriais em seus produtos e os riscos

potenciais, antes de colocá-los no mercado, que os resíduos que contenham nanomateriais não sejam transferidos para países em desenvolvimento, e outros.

A representante das ONGs do Uruguai solicitou uma moratória para a nanotecnologia até que se conheçam os riscos e que a população tenha sido amplamente informada sobre essa nova tecnologia (o direito de saber e o direito de dizer não).

Uma reunião sobre mercúrio e a posição política do GRULAC foi realizada, onde se decidiu criar 7 grupos temáticos com a participação das ONGs. Finalmente, aconteceu uma oficina sobre nanotecnologia onde foram apresentadas algumas considerações críticas das quais muitos países e ONGs presentes concluíram que há muito mais incertezas do que certezas sobre a nanotecnologia e uma grande vulnerabilidade dos trabalhadores e consumidores.

Estiveram presentes as ONGs CAATA (México), APROMAC (Brasil), RAPAL (Uruguai), Conoldo (Colombia), ISDE (Argentina), IPEN (EUA).

[1] Em e-mail recebido em 28 de janeiro de 2010, Robert Virta e o U.S. Geological Survey estimaram que o consumo total de amianto na América do Norte e na América do Sul entre 1900 e 2008 foi de 42,82 milhões de toneladas. Ele estimou que, desde 1900, a produção (e vendas) de amianto da América do Norte já somou 66 milhões de toneladas e a da América do Sul, 4,6 milhões de toneladas.

[2] Asbestos Policies of Major International Agencies. 2009

http://ibasecretariat.org/lka_asb_polic_maj_int_agencies.php

[3] http://www.ibasecretariat.org/lka_2_steps_forward_5_back.php

[4] http://www.ibasecretariat.org/lka_asb_uproar_canada.php

[5] APHA document: The Elimination of Asbestos. November 10, 2009.

<http://www.apha.org/NR/rdonllyres/EB4545B4-C728-4B1F-9DD0-F11E4D0737D5/0/AsbestosDraftNov102009.pdf>

[6] No Brasil, quatro estados e vários municípios já baniram o amianto.

[7] Declaração do Acting Surgeon General, Steven K. Galson, durante a Semana Nacional do Amianto.

<http://www.surgeongeneral.gov/news/pressreleases/pr20090401.html>

[8] Os esforços da campanha de banimento do amianto, que inclui vítimas do amianto, grupos de apoio, sindicatos, órgãos ambientais, ativistas ambientais e da saúde pública, acadêmicos e indivíduos preocupados com a questão, vêm sendo documentados no site <http://www.ibasecretariat.org>

[9] Quando custos como os de saúde e seguridade social com os afetados e os de descontaminação e remoção de resíduos tóxicos são contabilizados na equação, a vantagem do custo inicial de produtos com amianto desaparece.